

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Popular

Class.: 306

Data: 28 de agosto de 1987

Pg.: _____

Na área Ianomani

Proibição a missionários

190
BRASÍLIA — Nem a Igreja, nem ninguém, deve acatar uma ordem injusta, sob pena de estar sendo conivente com a injustiça, comentou ontem o arcebispo de Fortaleza, cardeal Aloísio Lorscheider, ex-presidente (de 71 a 79) e membro do Conselho Permanente da CNBB, com relação à determinação da Funai de proibir a entrada de missionários na área Ianomani, no território de Roraima.

Acabamos de ser informados que nossos religiosos foram impedidos também de continuar seu trabalho junto aos Maxakalis, próximo a Teófilo Otoni, denunciou o bispo auxiliar de Belo Horizonte, dom Arnaldo Ribeiro. E lá a Funai não pode usar o argumento de que houve conflito com garimpeiros ou com quem quer que seja, completou dom Arnaldo, que também participa da reunião do Conselho Permanente da CNBB, que se encerra hoje.

Os bispos deixaram claro que não estão pregando desobediência civil, mas explicaram que não estão dispostos a ser coniventes com a injustiça. A estratégia da CNBB frente à questão ainda não está definida, mas os bispos avisaram que não pretendem se queixar ao Papa — é um assunto interno nosso — e nem ao presidente Sarney, depois de esgotado o diálogo com o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Se tivermos que procurar o presidente é sinal de que as instituições neste País não prestam comentários com Aloísio.

Na verdade, a CNBB ainda hesita

em atribuir os atritos com Brossard — que na última terça-feira tratou o presidente da entidade, dom Luciano Mendes, aos berros em seu gabinete — a um conflito maior com o governo como um todo. Ainda não sabemos se o ministro, nesse episódio das missões católicas, está representando o governo ou empresas interessadas na questão, porque é óbvio que existem grupos econômicos interessados na saída dos missionários das áreas indígenas, afirmou.

A CNBB compara os atuais ataques desfechados contra a Igreja com as falsificações de jornais ligados à entidade (com "O São Paulo") ocorridas durante o regime militar. É o preço da nossa luta contra a injustiça e em defesa dos oprimidos, lamentou dom Aloísio Lorscheider, que comentou ainda que o fato de que, durante a ditadura a Igreja era acusada de comunista e agora de defensora de interesses estrangeiros. Eles têm sempre que inventar uma calúnia. E se não é uma, é outra, completou.

Brossard

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou ontem que a emenda popular do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), caracterizando povos indígenas como nações próprias e tornando o Brasil uma república plurinacional, é "um escárnio a quase cinco séculos de civilização deste País. Como ministro e cidadão, não poderia ficar calado diante dessa tentativa de estilhaçar a unidade nacional".

Ao reiterar as críticas que fez à proposta, durante recente audiência ao presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, o ministro da Justiça observou que "salta aos olhos de qualquer criança" o interesse de organizações estrangeiras em reduzir a soberania do Brasil sobre um pedaço do território brasileiro, aliás, "muito rico em minerais". Embora dom Luciano tenha alegado que a intenção da emenda do Cimi não era essa, Brossard observou ter dito ao presidente da CNBB, que "é o que está escrito na emenda".

Numa entrevista telefônica à Rádio Gaúcha desta capital, mas falando de Brasília, o ministro da Justiça frisou que ninguém tem o direito de reduzir uma vasta área do território nacional, "muito menos um grupo de estrangeiros". Referia-se a uma emenda apresentada por um grupo de austríacos, paralela à do Cimi, que também defendia a inscrição, na Constituição, da caracterização dos indígenas como nações de nacionalidade própria.

Classificou de "espantoso" o enquadramento dado, pela emenda do Cimi, das tribos indígenas como pessoas jurídicas de direito público interno, "numa heresia, numa monstruosidade que querem colocar na Constituição. É a semente da desagregação nacional. Essas coisas ofendem meu patriotismo e não podia ficar calado, não tinha o direito de ficar calado diante dessa tentativa de arrombar a unidade nacional".